

A alteridade em Lévinas e sua aplicabilidade na História: as questões étnico-raciais sob um olhar interdisciplinar

PAULO AUGUSTO TAMANINI¹
Universidade Federal Rural do Semiárido

RESUMO: Este artigo aborda o conceito filosófico acerca da ‘alteridade’ pensado por Emmanuel Lévinas, na tentativa de se compreender as questões da diversidade étnico-racial na atual Historiografia. Portanto, mais que pura teoria, a Filosofia torna-se *carne e vida*, uma ferramenta de elucidação empírica acerca do respeito à diversidade étnico-racial, nos espaços formativos, em que alunos, professores e comunidade convivem com as diferenças de gênero, etnia, profissão de fé etc. Diante de tais constatações, esta explanação para além de abordar a significação dos conceitos, diagnostica as relações humanas em sua inteireza, entre alunos e professores, em uma dinâmica inclusiva, de representatividade orgânica e participativa com a cultura do *outro*. Metodologicamente, mescla os conhecimentos, saberes, perspectivas e abordagens de forma multidisciplinar acerca do campo teórico da Filosofia e sua aplicabilidade em temas que se ocupa a atual Historiografia

Palavras-Chave: Alteridade, Lévinas, Diversidade étnico-racial

ABSTRACT: This article discusses the philosophical concept of ‘alterity’ thought by Emmanuel Lévinas, in an attempt to understand the issues of ethnic-racial diversity in the current Historiography. Therefore, rather than pure theory, Philosophy becomes flesh and life, a tool of empirical elucidation about the respect to the ethnic-racial diversity, in the formative spaces in which students, teachers and community get along with the differences of gender, ethnicity, belief etc. In view of these findings, this explanation, besides addressing the meaning of concepts, diagnoses human relations in their entirety, between students and teachers, in an inclusive dynamic of organic and participative representativeness with the culture of the other. Methodologically, it mixes on a multidisciplinary way the knowledges, eruditions, perspectives and approaches about the theoretical field of Philosophy and its applicability on the subjects about which the actual Historiography occupy itself.

Keywords: Alterity. Lévinas. Ethnic-racial diversity.

Recebido em 22/04/18 e aceito em 17/03/19.

1. Pós-Doutor em História (PNPD-CAPES/UFPR, 2017); Doutor em História (UFSC, 2013); Mestre em História pela UDESC (2010). Coordenador do Grupo de Pesquisa Imagens e Ensino (CNPq/UFERSA)

Introdução

Em uma sociedade pluricultural, diversa e, como todas, influenciada por modos de pensar e agir majoritários que tentam invisibilizar os focos de menor expressão, facilmente se naturaliza os processos e procedimentos discriminatórios. Não é difícil constatar que algumas dessas práticas de exclusão foram naturalizadas quando se abordavam na História fatos ou narrativas sem a devida problematização ou criticidade. Partindo do pressuposto que as Instituições de Ensino devam ser os lugares em que a interdisciplinaridade e o compartilhamento de saberes se caracterizam como fatores essenciais para a socialização e o respeito pelo diferente, torna-se premente que professores, alunos, funcionários e comunidade contribuam, cada qual a seu modo, se unam na prática do respeito ao *outro*.

Portanto, este artigo busca mesclar os conhecimentos, saberes, perspectivas e abordagens de forma multidisciplinar acerca da Cultura e da Diversidade Étnico-Racial, sob a ótica conceitual da *alteridade*. Portanto, torna-se meta compreender a *alteridade* sob o prisma da Filosofia e sua aplicabilidade em temas contemplados pela atual Historiografia.

A diversidade cultural e suas respectivas hermenêuticas, por exemplo, introduzem os envolvidos na Educação Formal à uma prática de aperfeiçoamento do conhecimento transpassado pela interdisciplinaridade. Diante de tais constatações esta explanação quer trabalhar a significação da teoria para se pensar as relações humanas em sua inteireza, em uma dinâmica inclusiva e de representatividade orgânica e participativa com a cultura do *outro*.

Ademais, para a Escola, saber conceituar a alteridade facilita compreender os modos de vivência de culturas heterogêneas, dentro de um espaço em que a formação das humanidades tem predominância. Ademais,

facilmente os alunos se deparam com a situações em que o respeito pelo diferente é testado, nos espaços da Escola. Essas situações carregam um dizer, trazem informações, são repletas de intenções que contribuem para a formação e o relacionamento político dos grupos de pertencimento. Portanto, a associação de saberes entre a Filosofia e as questões étnico-raciais, brotada de um *insight* interdisciplinar produtivo, e disposto a mutuas colaborações, se impõe a partir do pensador Emmanuel Lévinas, que coloca a sensibilização, ou seja, a capacidade de *sentir-com-o-outro*, como possibilidade de epifania para a compreensão da alteridade (CINTRA, 2009). Nesta perspectiva, **o pôr-se no lugar do outro** constitui-se meio para criar a ideia de respeito pelo diferente, abre caminhos para se fomentar a cultura da diversidade, promove o diálogo entre os interlocutores, amaina as dessemelhanças em uma lógica em que o ‘deferência’ exerça sua primazia em substituição à exaltação da ‘diferença’.

O filósofo Emmanuel Lévinas de origem judaica franco-lituana, nascido em 1906 e falecido no Natal de 1995, na França, pesquisou sobre a alteridade em uma abordagem ética e relacional, contrariando seus pares, que no vigor do século XX, apostavam a credibilidade teórica da filosofia humanista em uma ontologia reinante. Lévinas percebeu que o pensamento ocidental, a partir da filosofia grega, desenvolveu-se como discurso de dominação. O *Ser* dominou a Antiguidade e a Idade Média, sendo depois substituído pelo ‘eu’ desde a época moderna. Mas, Lévinas ultrapassa a individualidade de cada um par abrir-se ao outro que exclui o confronto e valoriza a diversidade (LEVINAS, 2010).

Portanto, nessa perspectiva empírica-filosófica, a relação entre pessoas, comunidades, nações, portanto não pode ser explicada pelo sujeito individualizado, mas pelas relações que se constrói em liberdade. Segundo Lévinas, na abertura para as relações está a chave para o entendimento do

ser humano como ser plural. Pelo fato de o homem ser-no-mundo, imerso em uma realidade relacional, é portador em si mesmo da condição de ser somente com e através do outro. Baseado nesse pressuposto, Lévinas contribui para se pensar a Escola como espaço de iniciação e fomentação teórica e prática do respeito e da solidariedade com a cultura e a diversidade étnico-racial (LEVINAS, 2008).

Em decorrência disso e no sentido de detectar de modo associativo a aplicabilidade da Lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira nos sistemas de ensino que compõem a educação básica no Brasil, a abordagem acerca da alteridade nas Escolas torna-se promocional da abertura da comunhão da singularidade com a liberdade (BRASIL, 2003). Não existe portanto, respeito ao diferente quando imposto, obrigado, forçado, compelido. Todo respeito somente será real quando construído por um convencimento que tenha base sólida, fundamentado em teorias e raciocínio lógico e irrefutável (MUNANGA, 2003).

Isto posto, tenta-se então abordar o conceito de alteridade (de natureza filosófica e historiográfica) diagnosticando a aplicabilidade do respeito à cultura e a diversidade étnico-racial no âmbito espacial em que os discentes trocam relações, se encontram, trabalham, vivem e se socializam, com o intuito de aplicá-los no campo de Ensino, de gerar conhecimento, reflexão acadêmica e produtos de natureza científica.

A Alteridade de Lévinas como reforço metodológico contra a exclusão

É em um campo de tensões que, na Contemporaneidade, temas como a pluralidade cultural, a diversidade étnico-racial, o respeito pelas diferenças,

por vezes, envoltas em preconceitos explícitos ou camuflados, vem tendo presença constante nos meios acadêmicos, redes sociais e debates públicos. Tantas vozes que se levantam é resultante da falta de um entendimento acerca das identidades que formam o rosto brasileiro. Até por que, a brasilidade formada pelo misto de tantas etnias e culturas, onde paira uma performance supostamente construída, tem chamado a atenção de diversos pesquisadores brasileiros e europeus. Uma vez que a brasilidade é este caldo identitário difuso e prolixo, e que debuta também nos espaços da Escola, torna-se importante esclarecer em que base conceitual a ‘alteridade’ pode ser compreendida.

A teorização da alteridade pensada por Lévinas dinamiza as discussões implicadas nos diversos campos do conhecimento, que criam relações entre a teoria e conteúdo nas diferentes disciplinas ministradas no âmbito acadêmico, como deseja a Lei 10.639/03. Propicia, outrossim uma formação que assegure a reflexão crítica sobre a dinâmica das relações humanas, apontando caminhos para a superação de preconceitos e discriminações decorrentes de problemas sociais, políticos, éticos, econômicos, educativos, epistemológicos, religiosos e estéticos da sociedade em que vive.

Outro ponto importante a ser abordado é a refutabilidade da exclusão. Lévinas afirma que toda forma de exclusão é suicida, criminosa e autopunitiva. Ao se excluir o outro, exclui-se a possibilidade de aprender, absorver e assimilar conhecimentos diferenciados (LEVINAS, 2010). A escola então, torna-se palco das possibilidades do crescimento, uma vez que é o espaço em que as diferenças convivem, relacionam-se, confabulam-se e se cumpliciam. Se há estranhamento, há também o imperativo do desafio que requer a superação. Se aquilo que é estranho incomoda, perturba e confunde, em um segundo momento, pode se transformar em oportunidade para um entendimento de quem é o ser humano em suas diversas naturezas,

fenótipos, características e peculiaridades. Mas todas, por mais distantes que possam aparentar, nunca estarão longe demais da essência de cada um. Logo, pensar a exclusão do outro, do diferente, é renegar-se a si mesmo, é rejeitar o compósito a que todos pertencem.

Para Lévinas a alteridade é também sinônimo de singularidades (LEVINAS, 2008). Logo, em toda singularidade se pontifica a diferença. E toda diferença é relacional. A aparência paradoxal dos termos reflete uma tensão entre alteridade e singularidade. Sendo condição necessária para a existência, todo homem e toda mulher se explicam pela diferença e não pela exclusão. Nos espaços da escola, a singularidade de cada aluno, de cada professor não deve ser pressuposto para o exercício da exclusão, mas ânimo para o entendimento das singularidades e a motivação para o encontro. As singularidades de cada aluno ou de cada professor deve interpelar ao encontro, ao diálogo, à busca de respostas de quem é de fato o outro.

Os espaços formativos das Escolas, cumprindo com sua responsabilidade de formar cidadãs e cidadãos, deve oferecer mecanismos que levem ao conhecimento e respeito das culturas, das leis e normas do outro. Deve investir na comunicação dessas normas a todos aqueles e aquelas envolvidos com a educação. Deve, como aposta pedagógica, ter um plano de ação para formar as cidadãs e os cidadãos para a valorização da diversidade, favorecendo o encontro, o contato com a diversidade. Essa aposta pedagógica se faz de forma desafiadora e com rigor, de modo que seus participantes sejam capazes de: a) aprender a escutar; b) aprender a formular argumentos; c) aprender a avaliar argumentos e situações; d) aprender a trabalhar em equipe.

A experiência do entendimento da diversidade ético-racial expressa na composição teórica/empírica, interpela que em uma Escola todos se sintam inclinados a redescobrir o outro sob uma abordagem em que o respeito seja

a diretriz ética. Por isso, a Escola torna-se campo de concentração para se defender, promover, ajudar, impulsionar a solidariedade humana como algo aberto e dinâmico. Na escola, alunos, professores e funcionários devem pensar na viabilidade de se constituir uma cultura da alteridade, onde a responsabilidade pelo outro seja um componente ético de relacionamentos possíveis. Até porque, constituir sociabilidades a partir da alteridade tem um impacto sobre a própria escola e sobre as relações familiares que decorrem desse fundamento.

Nos espaços da Escola convivem as diferenças?

A diversidade pode ser vista, do ponto de vista relacional, como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Essa construção ultrapassa as características biológicas. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que se aprende a ver como **diferentes** desde o nascimento, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque o ser humano é um sujeito que se constrói dentro de um panorama cultural (GOMES, 2007). Portanto, é no percurso de um tempo e dentro de um contexto sociocultural, que a diferença ou a semelhança ganha concretude, respaldo e dinâmica interativa para ser aprendida e ensinada.

Contudo, a percepção das diferenças e/ou da diversidade cultural direcionam práticas preconceituosas e discriminatórias na sociedade contemporânea. Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de

discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade que dá escopo à violência, ao escárnio, à discriminação, ao preconceito. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação. A desnaturalização das desigualdades exige um olhar transdisciplinar, que, em vez de colocar cada seguimento numa caixinha isolada, convoca as diferentes ciências, disciplinas e saberes para compreender a correlação entre essas formas de discriminação e construir formas igualmente transdisciplinares de enfrentá-las e de promover a igualdade. A superação das discriminações implica então, a elaboração de políticas públicas educacionais articuladas (SCHROEDER, 2008).

O ensino de modo geral, sobretudo o de História, durante o período Republicano, especificamente no do Estado Novo, pautava-se pela formação da identidade nacional e buscava envolver a sociedade e os estudantes no estudo e na afirmação de uma Unidade Nacional, sem reconhecer as diferenças regionais, étnicas, religiosas e atribuir a toda população a mesma Historicidade. Este viés nacionalista foi reforçado posteriormente na reforma de 1941 e na sequência na da década de 50 e 70 com a introdução do estudo de História da América. No entanto, os princípios que nortearam a seleção dos conteúdos de História foram então o nacionalismo, o americanismo e a civilização (ZAMBONI, 2005). É preciso pontuar também que os manuais do Ensino de História constituíam marcos definidores de períodos em que eram produzidos e, por certo, tornavam-se indicativos da forma pela qual o ensino de História era entendido.

Atualmente, a Educação de modo geral, tem como orientação preocupar-se com dimensões éticas, políticas e epistemológicas, do viver humano. Como preocupação ética, a Educação situa a necessidade da formação humana em sua inteireza, e que tece rede de relações complexas.

Dessa maneira, epistemologicamente, o conhecimento constitui o fundamento para compreensão da realidade e do pensamento crítico e analítico necessários a ações transformadoras da sociedade (RIGAL, 2007).

No que concerne ao campo do Ensino, o reconhecimento de novas possibilidades de estudo sobre as diferenças fenotípicas coloca a visualidade ou a centralidade do olhar no cerne das interrogações e problemáticas sobre a alteridade, divulgada em imagens. Segundo Paulo Knauss, é possível fazer pesquisas científicas utilizando-se de imagens desde que esta leve a construção de uma leitura dos acontecimentos que valorize o processo contínuo de produção de representações pelas sociedades humanas (KNAUSS, 2006). Isto porque as imagens, uma vez sendo suporte de relações sociais, não são apenas efeitos, ou sintomas, mas a própria visualidade como princípio cognitivo de caráter indefectivelmente histórico (MENEZES, 2003). Da mesma forma, no processo de ensino e aprendizagem das Ciências Humanas é possível afirmar que toda imagem traz consigo um rastro de historicidade, um fundamento conceitual de natureza racional que se mesclam para produzir conhecimentos. Logo, a Filosofia, História, Antropologia etc., devem cercar-se das imagens para ensinar sobre a alteridade, sobre as diferenças, respeito e solidariedade.

Isto posto, as razões pelas quais tratar da alteridade em uma perspectiva interdisciplinar encontra justificativa e fundamentam-se sob os critérios de relevância social e de relevância científica ao que o tema demanda. Em um mundo pós-moderno de cultura plural, tornou-se imperioso que o tema do respeito pelo diferente fosse abordado sob diversos olhares, o que enriquece uma hermenêutica polissêmica.

Nesse tempo de múltiplos discursos, das muitas palavras, das defesas prévias e de interpretações direcionadas às finalidades planejadas, no Brasil, no campo da ética, imposta-se um desafio que tenta conciliar ou rearranjar

os costumes culturais com outros elementos, outros símbolos, outras composições de crenças, outras práticas e experimentações, ofertados por redes de relações encenadas dependendo das circunstâncias. O tema da alteridade, incrustado nesse cenário difuso e confuso, para além de se ater à essa relação sociocultural poliédrica procura observar a diversidade com o mesmo peso investigativo e propulsor da constatação de realidades. Ademais, tenta contribuir com a permuta de experiências didáticas, mapear relações com as outras formas de sociabilidades qual um vocativo contra toda forma de segmentação. Uma vez que as relações entre a materialidade e a imaterialidade culturais, estão em voga e em constante disputa epistemológica não podem mais ser concebidas em termos dicotômicos e excludentes. Por isso, abordar as diferenças é discorrer acerca do ofício filosófico enquanto categoria empírica. A experiência do convívio escolar alerta para o não surgimento ou ratificação de intolerâncias e de preconceitos, base de fundamentalismos e exclusão social, e que desafiam, em várias escalas, os direitos humanos na contemporaneidade. O exercício do respeito começa ou se fundamenta no ambiente das sociabilidades. E a escola não se exime deste desafio.

A Alteridade na Historiografia atual

Ciente que existe uma série de comportamentos, rituais, tradições, heranças e todo um contexto pluriforme, entrecortado pelas diferentes redes de sociabilidades, de deslocamentos geográficos que interferem no processo de construção da cultura e diversidade étnico-racial de qualquer grupo humano, torna-se interessante, sob os pressupostos da filosofia da alteridade, pensada por de Lévinas, interpretar a cultura Afrodescendente

também no ensino de História. Assim, à luz dos teóricos e metodologia em comungação da História e Filosofia, aborda-se da alteridade, as diferenças existenciais, as concepções de valores e respeitabilidade social dentro de um estofa metodológico plural

Essa conjunção entre conceitos filosóficos aplicadas às outras áreas de conhecimento, abre espaços para se repensar o dinamismo do conhecimento. Também um segundo momento (perspectivas), a interdisciplinaridade trata dos desafios no Ensino quando leva em consideração uma aprendizagem sobre as relações humanas baseadas em conteúdos ligados às experiências advindas da realidade vivida. Como exemplo, pode-se citar os teóricos Jörn Rüsen (2007), Maria Auxiliadora Schmidt (2016), Tânia Garcia, Galzerani (2012), Rechia Tânia Shroeder (2012), Yves Chevallard (2005), Marise de Santana (2001), Kanbegele Munanga (2005), Nilma Lima Gomes (2017), Neusa Maria Gusmão (1997).

Isto posto, a reunião desses teóricos não quer tratar o tema da diversidade apenas como explicações sociais, quais coadjuvantes ou resultantes de um infortúnio. Torna-se importante se ater à percepção objetiva de cada área de conhecimento que demonstra uma leitura de um mundo visível, desdobrado nas tramas de se registrar e afirmar uma aprendizagem em contínua colaboração, troca, interconexão e que são importantes às diversas áreas do conhecimento. O encontro da Filosofia de Lévinas com a aplicabilidade de sua teoria nos espaços da Escola, permite um superar constante de concepções individualistas e autorreferenciadas de conhecimentos estanques, possibilitando a ampliação do horizonte cognitivo, a partir do reconhecimento do outro e dos vínculos que os conectam à sociedade.

Há muito, a História serve-se de fontes, de portes teóricos que a auxiliam a construir percepções mais alargadas sobre o passado. E,

acredita-se, que o mesmo acontece com outras disciplinas. Tal constatação contribui para releitura das diversas culturas que compõem o cenário de uma brasilidade que se forma, se molda e se refaz no cotidiano escolar.

Na atual Historiografia, a mescla de temas

Respeitar, valorizar e incorporar a história e a cultura afro-brasileira e indígena na educação escolar são atitudes que não podem, ao meu ver, ser tratadas como meros preceitos legais, mas um posicionamento crítico perante o papel da História como componente formativo da consciência histórica e cidadã dos jovens. A história constitui um campo de saber fundamental na luta pela construção de uma sociedade democrática e multicultural. (GUIMARÃES, 2012, p. 80)

Conclusão

A explanação de temas comuns à Filosofia e à História nas Escolas é também uma forma de contribuição para superar as violências decorrentes da exclusão do diferente, do estranho, do alheio. O campo conceitual de Lévinas tratado aqui, que compreende a alteridade como um princípio necessário para relações humanas, abre espaços para a propagação e disseminação de bases já consolidadas na prática escolar. Portanto, observa-se que a interdisciplinaridade torna-se cada vez mais necessária curricular preocupado com uma formação humanizante, com a centralidade da interlocução entre pessoas. Disso decorre que a filosofia não pode ser concebida a partir de uma relação somente lógica, ou apenas teórica. Uma vez que a presença de um Outro é notoriamente percebida nas relações, a alteridade deixa de ser apenas elucubrações teóricas para encarnar-se no humano que tenta superar as exclusões. O tema da alteridade faz sentir a necessidade de uma mudança cultural; e a educação tem um papel estratégico nisso, principalmente onde a taxa de evasão escolar é maior.

A evasão escolar no Brasil atinge cifras assustadoras. Muitos alunos não querem mais ir à escola porque sofrem discriminações das mais variadas. E uma dessas causas é proveniente da discriminação racial econômica: os pobres, os negros, os índios são os primeiros a sentirem o peso do preconceito e da violência. A maioria das causas da evasão é explicada pela falta de compreensão da alteridade. A escola precisa ser um espaço de exercício de democracia e convívio com o diferente. Um lugar aberto, que promova discussões aprofundadas sobre todos os temas. Isso é formar cidadãos e cidadãs que estão em contínua mudança.

A mudança de cultura é gradativa, mas precisa-se começar a falar abertamente sobre temas da alteridade em substituição à uma só concepção de mundo por uma visão de mundo diversificada. Os debates são necessários em todos os espaços, especialmente nas escolas e instituições de ensino formal.

Uma das vertentes do conhecimento formal que tem recebido grande atenção no momento atual é aquela que se debruça sobre a diversidade étnico-racial para se pensar a escola como espaço do convívio das singularidades. Tal assertiva é válida igualmente quando se trata da hermenêutica das relações que devem ser contextualizadas, causar e suscitar perguntas, cutucar, fugir da acomodação racional, do pedantismo de respostas prontas e ligeiras. Logo, a aplicabilidade da Filosofia precisa ser dramatizada e desviar-se da arrumação conveniente que faz apenas estar presente em um currículo escolar, sem se comprometer com a sua aplicabilidade.

A alteridade também se comunica por uma linguagem. O outro também fala, silencia, olha, tem expressões, emudece, produz signos para poder se fazer entender. Aliás, para Levinas o próprio rosto, a própria face do outro é uma expressão, é uma mensagem, é uma forma de linguagem.

Nesse sentido, quando se pensa sobre linguagem nos espaços escolares, nem sempre significa a fala, o barulho, a algazarra, o ajuntamento de gritos e de vozes misturadas. A linguagem inclui os silêncios dos que tem medo da expressão verbalizada, dos que se acanham ante as ameaças do iminente *bullying*, dos que se anulam porque são pobres, negros, mulher, ou por causa de sua orientação sexual. Nesses, a face da alteridade fala, grita sem emitir um pio sequer! Demanda algo a ser respondido, antes de palavras ditas. Mas talvez o aspecto mais particular do pensamento de Lévinas e que se aplica às questões do respeito ao diferente é sua distinção entre o dizer e o não-dito.

Nos espaços escolares pululam as relações complexas de amizade, inimizade, estranhamentos, coleguismos, cumplicidades e que repercutem nas identificações ou identidades grupais. Talvez mais venal e destruidor que um aluno preconceituoso e intolerante é uma massa de alunos intolerantes e intransigentes que equivocadamente deixam que sua brutalidade não seja burilada pelas relações inter-humanas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2003.
- CHEVALLARD, Y. **La transposición didáctica**. Del saber sabio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 1995.
- CINTRA, Benedito E. Leite. **Pensar com Levinas**. São Paulo: Paulus, 2009.
- COSTA, Marcio Luis. **Levinas: uma introdução**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAPELO, Maria Regina Clivati. Diversidade sociocultural na escola e a dialética da exclusão/inclusão. In: GUSMÃO, Neusa Maria M. de (Org.). **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.
- GALZERANI, M. C. B. . Memória, cidade e educação das sensibilidades. RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 20, p. 1-10, 2012.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- GOMES, Nilma Lino . **Políticas públicas para a diversidade**. Sapere Aude: Revista de Filosofia , v. 8, p. 7-22, 2017.
- GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. 13^a. Campinas: Papirus, 2012.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, Neusa Maria M. de (Org.). **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.
- GUSMAO, Neusa Maria Mendes de. **Antropologia e educação: Origens de um diálogo**. Cad. CEDES [online]. 1997
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, vol.8, n.12, jan-jun. 2006.
- LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Lisboa (PT): Edições 70, 2008.

- LEVINAS, Emmanuel. *Ética e Infinito*. Lisboa (PT): Edições 70, 2010.
- LIMA, Identidades e africanidades: uma perspectiva para a educação.
In: GOMES, Carlos Magno; ENNES, Marcelo Alario (Org.).
Identidades: teoria e prática. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.
- LIMA, Maria Batista; TRINDADE, Azoilda Loretto da. Africanidades, currículo e formação docente: desafios e possibilidades. In: MELO, Maros Ribeiro de; LIMA, Maria Batista; LOPES, Edinéia Tavares (Org.). **Identidades e alteridades: debates e práticas a partir do cotidiano escolar**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.
- MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. revisada. Brasília: MEC/SECAD. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.
- OLIVEIRA, Eduardo D. **A Ancestralidade na Encruzilhada: dinâmica de uma tradição inventada**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2001.
- RAMOS, Artur. **Os Africanos no Brasil**. 6 a . ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Editora da UNB, 1982.
- RIGAL, L. A escola crítico-democrática: uma matéria pendente no limiar do século XXI. In: IMBERNÓN, E (org.) **A educação no século XXI -os desafios do futuro imediato**. Artmed Editora, Porto Alegre, 2007.
- RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007.
- SANTANA, M. . Educação Multicultural: Limites e Possibilidades de atuação com os PCN.. Anais do 4º Encontro de Estágio Supervisionado da UNEB, Salvador, v. 01, p. 175-189, 2001.
- SCHMIDT, M. A. M. S. ; URBAN, Ana Claudia . Aprendizagem e formação da consciência histórica: possibilidades de pesquisa em Educação Histórica. Educar em Revista (Impresso) , v. 60, p. 17-42, 2016.
- SCHROEDER, Rechia Tânia Maria . Imaginário da Violência Escolar: entre

- a ordem e a desordem. In: XV Ciclo de Estudos sobre o Imaginário, 2008, Recife. Caderno de Resumos - Imaginário do Envolvimento/Desenvolvimento. Recife: Editora Massangana, 2008. p. 61-61
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. Nem Preto nem Branco, muito pelo contrário: cor e raça na Intimidade..In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lília Moritz. **História da Vida Privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ZAMBONI, Ernesta. Digressões sobre a educação e o ensino de história no século XXI. **HISTÓRIA & ENSINO**, Londrina, v. 11, jul. 2005.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, vol. 23, nº 45, julho de 2003.